



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**  
Projeto de Lei nº 4.743, de 2005

**PROJETO DE LEI Nº 4.743, DE 2005**

*“Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG, no âmbito do Poder Executivo Federal.”*

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Deputado Mauro Pereira**

**I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em análise, apresentado pelo Poder Executivo, propõe a transformação de cargos e funções da seguinte forma: dois cargos DAS- 5, três funções FG-1 e duas funções FG-3, dariam lugar a dois cargos DAS-3, quatro cargos DAS-2 e quatro cargos DAS-1.

2. A transformação pretendida teria por finalidade atender a alterações de estrutura de órgãos do Ministério da Fazenda, tais como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE e Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN.

3. O projeto foi distribuído à Comissão de Trabalho, de Administração, Serviço Público – CTASP, para análise quanto ao mérito, e às Comissões de Finanças e Tributação – CFT e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, para apreciação à luz do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

4. Decorrido o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

5. É o relatório.

**II - VOTO**

6. Cabe a este órgão técnico exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32, inc. X, alínea h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

7. Inicialmente cabe destacar que a transformação de cargos e funções pretendida pelo projeto de lei gera aumento de despesa para a União, conforme tabela a seguir:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**  
Projeto de Lei nº 4.743, de 2005

	cargo / função	valor mensal	quantidade	custo mensal
Extinção	DAS 5	12.445,57	2	24.891,14
	FG 1	891,17	3	2.673,51
	FG 3	486,07	2	972,14
Total			7	28.536,79
Criação	DAS 3	5.194,01	2	10.388,02
	DAS 2	3.143,27	4	12.573,08
	DAS 1	2.467,90	4	9.871,60
Total			10	32.832,70

8. O art. 169, § 1º, da Constituição dispõe que a criação de cargos, empregos e funções só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e, ainda, se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

9. Em observância ao dispositivo constitucional, o art. 103 da Lei 13.408, de 2016 (LDO/2017), que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, autoriza apenas a concessão de vantagens ou aumentos de remuneração, a criação de cargos e as alterações de estrutura de carreiras até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2017 (Anexo V da LOA 2017), cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

10. O Anexo V da Lei Orçamentária para 2017, Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, não contém autorização para a criação dos cargos previstos no projeto, o que torna a proposição incompatível com a exigência constitucional.

11. Ademais, à luz do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), os gastos oriundos da implementação do projeto de lei em apreço enquadrar-se-iam na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida como a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

12. Entre os requisitos estabelecidos pela LRF para a criação ou majoração desse tipo de despesa, está a elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a lei deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, devidamente acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, **bem assim a correspondente compensação.**

13. Como se constata, os dispositivos da Constituição e da LDO exigem prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, enquanto o § 1º do art. 17 da Lei de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**  
Projeto de Lei nº 4.743, de 2005

Responsabilidade Fiscal impõe ao ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado **a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio.**

14. O art. 117 da LDO 2017 também exige que as proposições legislativas que provoquem aumento de despesa da União estejam instruídas com as fontes de recursos para lhes fazer face, *in verbis*:

*Art. 117. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.*

15. No mesmo sentido estão dispostas as normas internas da CFT, cujos seguintes excertos merecem transcrição:

*SÚMULA - CFT nº 1/08 - **É incompatível e inadequada a proposição**, inclusive em caráter autorizativo, **que**, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - **deixe de apresentar** a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como **a respectiva compensação**.*

16. Examinamos também a consonância da proposição em relação à Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do teto de gastos públicos. Após a promulgação da Emenda Constitucional, verificou-se que os valores autorizados pela Lei Orçamentária para 2017, sancionada em 10 de janeiro de 2017, ultrapassava o limite de gasto estabelecido pelo Texto Constitucional, o que ensejou a edição da Portaria nº 17/2017-MP, que promoveu o cancelamento de despesas primárias autorizadas, no âmbito do Poder Executivo.

17. Portanto, considerando o fato de que as despesas autorizadas na Lei Orçamentária para 2017 para o Poder Executivo já se encontram no limite estipulado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a aprovação de novas despesas, sem a devida compensação, poderá resultar novamente na extrapolação do limite imposto pela Constituição. Ademais, o § 5º do artigo 107 do ADCT veda que os créditos adicionais ampliem o montante autorizado na LOA.

18. Assim, considerando que o impacto das despesas previstas no projeto de lei em exame não está contemplado no Anexo V da Lei Orçamentária para 2017, não estão atendidas as prescrições contidas no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, nos arts. 103 e 117 da LDO 2017, nos arts. 16, inciso I, e 17, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Súmula nº 1/2008-CFT.

19. Por fim, cabe registrar que a presente proposição não interessa mais



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**  
Projeto de Lei nº 4.743, de 2005

ao Poder Executivo, conforme Mensagem nº 517/2006 que "solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4743, de 2005.

20. Em face do exposto, **VOTO** pela INCOMPATIBILIDADE e INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº 4.743, de 2005.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2017.

**Deputado Mauro Pereira**  
**Relator**